

ADVOGADOS

Geraldo Donizete de Carvalho
OAB/MG 62.130
CPF 232.133.886-53

Anna Carolina Calzavara de Carvalho
OAB/MG 133.610
CPF 097.136.746-93

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

PROCESSO: 1098603 - AUDITORIA.

RELATOR: CONS. CLÁUDIO COUTO TERRÃO

OFÍCIO Nº 5233/2021.

ANTÔNIO GARCIA MACIEL, já qualificado nos autos, por seu Advogado que esta subscreve, mandato incluso, vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência apresentar **DEFESA PRELIMINAR** acerca dos apontamentos constantes no **RELATÓRIO DE AUDITORIA DA UNIDADE TÉCNICA** e o faz da seguinte forma:

Introito:

É cediço que o Defendente exerceu por algum tempo o cargo de Diretor Presidente do SAAE – Serviço Autônomo de Água, Esgoto e Saneamento Urbano de Sete Lagoas. Como tal, sua função consistia em definir estratégias e implementar políticas públicas de saneamento e abastecimento de água para uma população de aproximadamente 250.000 habitantes (atividade-fim).

Pelo porte da autarquia a delegação de competências passou a ser quase que obrigatória em todos os níveis da administração, sob pena de inviabilizar a própria atividade-fim.

Rua João Pinheiro nº 320
Salas 01 e 02 - Centro
Sete Lagoas - MG
CEP 35.700.054
e-mail: geraldocarvalho25@yahoo.com.br

ADVOGADOS

Geraldo Donizete de Carvalho
OAB/MG 62.130
CPF 232.133.886-53

Anna Carolina Calzavara de Carvalho
OAB/MG 133.610
CPF 097.136.746-93

Em sendo assim, diversos órgãos em todas as esferas públicas passaram a normatizar parâmetros para distribuição de competência, de forma descentralizar o exercício do "poder".

No SAAE/SETE LAGOAS não é diferente. O tamanho da autarquia exige descentralizar o poder de decisão sob pena de inviabilizar o sistema¹.

Para tanto, o Estatuto da Autarquia estipula funções de assessoramento bem delineadas, quais sejam: para gestão de pessoas a responsabilidade é da Diretoria Administrativa-Financeira. Nenhum benefício e/ou contratação de pessoal deve concedido sem o Parecer favorável da Procuradoria da Autarquia e do assessoramento do Departamento De Recursos Humanos.

Fechando o ciclo de competências/reponsabilidade, todas as concessões benefícios e/ou contratações devem ser auditadas pelo Controle Interno da Autarquia por imposição legal.

Sobre a delegação de competência temos o seguinte aresto da Primeira Câmara do Tribunal de Contas da União: in verbis:

Acórdão 894/09 – 1ª Câmara

Enunciado:

O instrumento da delegação de competência não retira a responsabilidade que quem delega, visto que remanesce a responsabilidade no nível delegante em relação aos atos do delegado. Cabe, por conseguinte, à autoridade delegante a fiscalização dos atos de seus subordinados, diante da possibilidade de responsabilização por culpa in elegendo e/ou culpa in vigilando.

¹ Faturamento anual de R\$84.000.000,00 e aproximadamente 700 colaboradores.

Rua João Pinheiro nº 320
Salas 01 e 02 - Centro
Sete Lagoas - MG
CEP 35.700.054
e-mail: geraldocarvalho25@yahoo.com.br

ADVOGADOS

Geraldo Donizete de Carvalho
OAB/MG 62.130
CPF 232.133.886-53

Anna Carolina Calzavara de Carvalho
OAB/MG 133.610
CPF 097.136.746-93

Retificando o entendimento acima, o Plenário do TCU complementou o enunciado da 1ª Turma acrescentando o seguinte:

Não se pode, tampouco, pretender que todas as informações de subalternos sejam checadas por seus superiores, sob o risco de inviabilizar-se a administração. Aliás, se assim o fosse, não seriam necessários os servidores subalternos. Bastariam os chefes...). Acórdão 65/97 – TCU Plenário.

Coadunando com o enunciado do Pleno do TCU a **lei 13.655/18 estipula no art. 28 que o agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro.** (gn)

No presente caso não houve dolo nem erro grosseiro do defendente que justificasse sua responsabilização.

Logo não é razoável exigir que o Defendente ocupasse em fiscalizar concessão de benefícios a servidores ou a de contratação de pessoas. A uma pela impossibilidade física de o fazê-lo; A duas por imposição legal.

Do Relatório da auditoria:

Aduz a Unidade Técnica em sua auditoria que o Defendente no exercício da Presidência do SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sete Lagoas praticou diversas condutas administrativas em desacordo com a Lei ou Regulamentos como “Pagamento de horas extras de forma habitual e contínua; Concessão de gratificação de empenho sem regulamentação legal; Pagamento de triênio diverso da forma prevista em Lei; Efeito cascata no pagamento do Adicional do Triênio/Vintenário; concessão de insalubridade sem Laudos Técnicos; Ausência de Processo seletivo Simplificado para a contratação temporária de pessoal”.

Rua João Pinheiro nº 320
Salas 01 e 02 - Centro
Sete Lagoas - MG
CEP 35.700.054
e-mail: geraldocarvalho25@yahoo.com.br



ADVOGADOS

Geraldo Donizete de Carvalho
OAB/MG 62.130
CPF 232.133.886-53

Anna Carolina Calzavara de Carvalho
OAB/MG 133.610
CPF 097.136.746-93

Manifestação Preliminar da Defesa.

Da concessão dos Benefícios:

As imputações feitas pela Auditoria versam, quase que exclusivamente, sobre concessões de benefícios aos servidores, que no entendimento dos ilustres Auditores estariam em desacordo com a Lei. Junte a isso eventual contratação de Pessoal sem o Processo Seletivo Simplificado.

Como os achados de auditoria cingem a questões puramente administrativas, o Defendente solicitou ao Setor de Recursos Humanos da Autarquia que manifestasse² a respeito das "irregularidades" apontadas pela auditoria, que assim se manifestou³

2.1 - Pagamento de horas extras de forma habitual e contínua

Foi encaminhado conforme solicitado a informação do registro de ponto de 44 (quarenta e quatro) servidores. Ressaltando que temos três tipos de registro de ponto, sendo: ponto biométrico, escala de revezamento e ponto manual. Portanto, foi considerado pelo TCEMG apenas os 29 (vinte e nove) servidores do ponto biométrico.

Informamos que em momento algum, fomos acionados pela Comissão sobre quaisquer dúvidas ou pedido de esclarecimentos.

Quanto aos servidores que trabalham 5,5 h, com autorização de hora extra, esses servidores, mesmo fazendo hora extra diariamente não extrapolam a jornada de trabalho de 8h dia.

² Original em anexo

³ Transcrito lipsis litteris

ADVOGADOS

Geraldo Donizete de Carvalho
OAB/MG 62.130
CPF 232.133.886-53

Anna Carolina Calzavara de Carvalho
OAB/MG 133.610
CPF 097.136.746-93

Outro ponto a considerar é que, essas horas extras autorizadas aos servidores de 5,5h são muito mais em conta, mesmo no limite de 60 (sessenta) horas pago por Lei, do que contratar servidores para atender as demandas executadas por esses servidores, trazendo uma economia para a autarquia.

Nome do servidor	Hora Extra	Valor pago	Contratar um servidor (salário mínimo R\$998,00+ encargos sociais 23,5454%)
João Geraldo Carvalho Lessa	60	R\$1.287,82	R\$1.232,98
Geraldo Magela Martins	60	R\$816,55	R\$1.232,98
Celso Pereira da Silva	60	R\$802,94	R\$1.232,98
Israel Rodrigues Medeiros	60	R\$816,55	R\$1.232,98
Bruna de Souza Torres	60	R\$544,36	R\$1.232,98
Ariadna França de Oliveira	60	R\$544,36	R\$1.232,98
Lorena de Souza Pereira	60	R\$544,36	R\$1.232,98
TOTAL		R\$5.356,94	R\$8.630,86

Diante do quadro acima, percebe-se que o valor das horas extras pago aos servidores de 5,5h, é consideravelmente inferior do que o valor para contratar servidores para substituí-los.

O melhor método para sanear essa situação é a realização de um concurso público, no qual, já está sendo programado, e que só não aconteceu ainda devido a Pandemia conforme vedação do Art. 8º da Lei Complementar Federal nº 173 de 28 de maio de 2020.

Rua João Pinheiro nº 320
Salas 01 e 02 - Centro
Sete Lagoas - MG
CEP 35.700.054
e-mail: geraldocarvalho25@yahoo.com.br

ADVOGADOS

Geraldo Donizete de Carvalho
OAB/MG 62.130
CPF 232.133.886-53

Anna Carolina Calzavara de Carvalho
OAB/MG 133.610
CPF 097.136.746-93

Importante ressaltar que após reunião com o Ministério Público no qual foi instituída a Comissão Especial para verificação e análise de cargos contratados, comissionados, e/ou outros títulos precários na estrutura do quadro de pessoal do SAAE, através da Portaria nº 39 de 14 de outubro de 2019, portanto, em 29 de janeiro de 2021 a Fundação João Pinheiro foi contratada para realizar o processo de modernização do plano de cargos e salário da Autarquia, bem como a reestruturação do quadro de pessoal e tem como prazo de entrega 31 de julho de 2021. Ressaltando que, o projeto só não foi finalizado pela Fundação João Pinheiro em 2020, tendo em vista a Pandemia.

2.2 – Concessão/pagamento de gratificação de empenho aos servidores do SAAE ocupantes de cargos/ funções não contempladas na legislação

Neste item o Departamento de Recursos Humanos do SAAE identificou um erro material no preenchimento da planilha enviada ao TCEMG, portanto, já entramos em contato com a Comissão do TCEMG, através da pessoa do Fabiano Murilo através de seu e-mail institucional fabiano.melo@tce.mg.gov.br no 12 de maio de 2021. O mesmo nos orientou “Não é necessário se desculpar. Todos nós estamos sujeitos a erro. Qualquer equívoco que tenha acontecido nos dados informados, pode ser esclarecido e alegado como matéria de defesa, que será apreciado pela Unidade Técnica e pelo relator do processo”.

O TCEMG nos enviou umas planilhas a serem preenchidas, o erro ocorreu na planilha 2 – Gratificação de Empenho, onde na linha 45 nome e matrícula deveriam ser preenchidas com Belarmino José F. da Silva matrícula 1346, e foi preenchida com Benedito Marcossi Pereira matrícula 1028, com os dados a partir de CPF do servidor Belarmino.

O erro provocou um efeito cascata até a linha – Cássio Heleno Teixeira que após a retificação passou para a linha 53.

Fato é que, as informações truncadas em efeito cascata gerou o quadro da página 23 do relatório.

Rua João Pinheiro nº 320
Salas 01 e 02 - Centro
Sete Lagoas - MG
CEP 35.700.054
e-mail: geraldocarvalho25@yahoo.com.br



ADVOGADOS

Geraldo Donizete de Carvalho
OAB/MG 62.130
CPF 232.133.886-53

Anna Carolina Calzavara de Carvalho
OAB/MG 133.610
CPF 097.136.746-93

Quanto a linha 167 deste mesmo quadro informamos que a servidora já havia sido exonerada do cargo de Coordenadora de Departamento de Recomposição de Pavimentos, e estava trabalhando e recebendo como operadora de casa de máquina, portanto, recebendo a gratificação de empenho. A falha por esquecer de retirar da folha a nomenclatura do cargo de Coordenadoria da servidora não gerou o pagamento no cargo, no entanto, no relatório de sua folha de pagamento a mesma recebe a gratificação de empenho como operadora de casa de máquina.

2.3 – Concessão/pagamento de gratificação de empenho sem a devida correspondência entre o cargo ocupado e a natureza (nomenclatura) da gratificação de empenho recebida.

Na tabela apresentada na página 31, identificamos que alguns servidores estão com reflexo do erro material retificado pelo Departamento de Recursos Humanos do SAAE.

Linha	Nome	Cargo ORIGEM	Gratificação de empenho recebida pelo servidor
11	Abenar Neri de Oliveira	Bombeiro	Operador de Casa de Máquina
45	Benedito Marcossi Pereira	Operador de Casa de Máquina	Leiturista
48	Carlos França Linhares	Operador de Casa de Máquina	Operador de Casa de Máquina
49	Carlos José Portilho	Operador de Casa de Máquina	Leiturista

Rua João Pinheiro nº 320
Salas 01 e 02 - Centro
Sete Lagoas - MG
CEP 35.700.054
e-mail: geraldocarvalho25@yahoo.com.br

ADVOGADOS

Geraldo Donizete de Carvalho
OAB/MG 62.130
CPF 232.133.886-53

Anna Carolina Calzavara de Carvalho
OAB/MG 133.610
CPF 097.136.746-93

51	Cássio Gazerdin Raydan Júnior	Bombeiro	Operador de Casa de Máquina
123	Hugo Leonardo Peixoto Lyra	Motorista	Operador de Máq. Pesadas
124	Israel Barbosa Gomes	Bombeiro	Eletricista
207	Pedro Barbosa Nascimento	Bombeiro	Operador de Casa de Máquina
227	Robson Eugênio de Abreu	Motorista	Operador de Casa de Máquina
260	Wanderson dos Santos Marins	Motorista	Operador de Casa de Máquina
269	Wenderson Maria de Sousa	Bombeiro	Operador de Casa de Máquina

Em relação ao quadro acima, observamos que o preenchimento da linha 11 – servidor Abenar Neri de Oliveira, foi informado que o cargo de origem do servidor é operador de casa de máquina e a gratificação de empenho de bombeiro, portanto, acredito que houve um erro material por quem repassou para esse relatório, tendo em vista que, referido servidor tem como cargo de origem bombeiro e recebendo a gratificação de empenho como operador de casas de máquinas.

Do servidor Benedito Marcossi ao servidor Cássio Gazerdini, esses dados fazem parte da retificação enviada ao TCEMG, devido a um erro material no preenchimento da planilha enviada ao TCEMG pela Autarquia.

Os demais servidores são contemplados por direito receber a gratificação em seu cargo de origem e estavam recebendo em outra nomenclatura pois, estavam realizando outras funções, portanto, essa mudança de nomenclatura não onera o erário.

Rua João Pinheiro nº 320
Salas 01 e 02 - Centro
Sete Lagoas - MG
CEP 35.700.054
e-mail: geraldocarvalho25@yahoo.com.br



ADVOGADOS

Geraldo Donizete de Carvalho
OAB/MG 62.130
CPF 232.133.886-53

Anna Carolina Calzavara de Carvalho
OAB/MG 133.610
CPF 097.136.746-93

Vale ressaltar que foi informado a esse TCEMG no item 2.3.8 que estava tramitando o Projeto de Lei nº 28/2020, que extinguiria a gratificação vigente e criaria uma gratificação por Produtividade que corrigiria todas as distorções bem como os desvios de funções condicionados por essa gratificação.

Portanto, informamos que a Lei nº 6.822 de 08 de setembro de 2003 que regulamentava a Gratificação de Empenho foi extinta, passando a vigorar a Gratificação por Produtividade regulamentada pela Lei nº 9.027 de 03 de abril de 2020.

2.4 – Concessão de gratificação de empenho sem a devida regulamentação legal

Observa-se que houve um erro material por quem redigiu o texto da Lei, provocando uma incongruência entre os artigos 2º, parágrafo único e o Art. 6º no texto da Lei nº 6.822 de 08 de setembro de 2003, não descaracterizando a intenção proposta pela Lei em seu artigo 2º.

Ressaltamos que a Lei nº 6.822 de 08 de setembro de 2003 que regulamentava a Gratificação de Empenho foi extinta, portanto, passou a vigorar a Gratificação por Produtividade regulamentada pela Lei nº 9.027 de 03 de abril de 2020.

2.5 – Utilização de base de cálculo diversa da prevista em lei no pagamento do adicional de triênio

A alteração feita nos valores pago ao a título de triênio aos servidores ocupantes de cargo comissionado foi com base no Artigo 5º da Lei nº 8.975 de 30 de setembro de 2019, que elucida: ***“Respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada, o servidor efetivo que vier a ser nomeado para o cargo em comissão fará jus ao vencimento desse cargo e as vantagens pessoais, tais como adicionais e gratificações, deverão ser calculadas com***

Rua João Pinheiro nº 320
Salas 01 e 02 - Centro
Sete Lagoas - MG
CEP 35.700.054

e-mail: geraldocarvalho25@yahoo.com.br



ADVOGADOS

Geraldo Donizete de Carvalho
OAB/MG 62.130
CPF 232.133.886-53

Anna Carolina Calzavara de Carvalho
OAB/MG 133.610
CPF 097.136.746-93

base no vencimento básico ou de carreira do servidor, podendo optar pelo vencimento de seu cargo de origem”.

2.6 – Ocorrência do efeito cascata no pagamento do adicional de tempo de serviço – trintenário e vintenário

O pagamento do trintenário é realizado com base no art. 146 da Lei Complementar Municipal nº 192/2016 em vigência e que até a presente auditoria não foi discutida a sua inconstitucionalidade.

Quanto ao vintenário, o mesmo foi revogado e com base no cumprimento da Recomendação Ministério Público 045/2018 esse benefício foi suspenso da folha de pagamento dos servidores a partir de janeiro de 2019.

2.7 – Não constatação da existência de laudos técnicos (configuração e caracterização) devidamente assinados por profissionais habilitados que fundamentem o pagamento de adicionais de insalubridade e periculosidade aos servidores do SAAE.

Conforme Portaria nº 3.214 de 08 de junho de 1978 a NR 4 – SESMT no quadro II – Dimensionamento do SESMT, relata que as empresas de Grau de risco 3 com 251 a 500 servidores tem que ter 02 técnicos de segurança do trabalho, ou seja, não exige engenheiro de segurança do trabalho na empresa.

A autarquia tem 02 servidores efetivos no cargo de Segurança do Trabalho, sendo eles: Acísia Geralda de Oliveira, matrícula 1776 e Wendell Ferreira da Silva matrícula 1540.

Atualmente, temos contrato com empresa de engenharia de segurança do trabalho AST – Segurança e Medicina do Trabalho, onde o perito em segurança do trabalho elabora o PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais que é aplicado na autarquia.

Rua João Pinheiro nº 320
Salas 01 e 02 - Centro
Sete Lagoas - MG
CEP 35.700.054
e-mail: geraldocarvalho25@yahoo.com.br



ADVOGADOS

Geraldo Donizete de Carvalho
OAB/MG 62.130
CPF 232.133.886-53

Anna Carolina Calzavara de Carvalho
OAB/MG 133.610
CPF 097.136.746-93

Os laudos são feitos pelos técnicos de segurança com base no PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais elaborado pelo engenheiro de segurança do trabalho da empresa AST.

Quanto as informações encaminhadas para o TCEMG, referente aos pagamentos de adicionais de periculosidade e insalubridade, encaminhamos a planilha de atualização anual de todos os servidores e em /momento algum fomos informados que os dados não foram satisfatórios, ou seja, desorganizados e confusos, inviabilizando a compreensão do texto, conforme relata na página 55 dessa auditoria.

Nesse sentido, caso seja imprescindível o encaminhamento dos laudos individualizados dos servidores que recebem o adicional de insalubridade/periculosidade solicitamos manifestação deste tribunal com respectiva dilação de prazo para que seja possível o atendimento ao pleito.

2.8 – Ausência de processo seletivo simplificado para contratação de pessoal

Cumprimos a legislação vigente, Lei nº 8.229 de 21 de janeiro de 2013, que autoriza a contratação de pessoal por prazo determinado.

2.9 – Contratações temporárias com prazo superior ao previsto em lei

De início cabe salientar que ao assumir a Presidência da Autarquia constatou-se que o último concurso público realizado na autarquia foi em 2008, portanto, o mesmo não está mais vigente.

Na gestão do Defendente foi contratada a Fundação João Pinheiro para realização de modernização e atualização do PCCS, bem como a reorganização administrativa do quadro de pessoal para após, ser feita a realização do concurso público. (Contrato em anexo)

Vale ressaltar que a previsão era 2020, mas, devido a Pandemia o processo se tornou moroso e deverá ser finalizado no dia 31/07/2021, portanto, o concurso público poderá ser

Rua João Pinheiro nº 320
Salas 01 e 02 - Centro
Sete Lagoas - MG
CEP 35.700.054
e-mail: geraldocarvalho25@yahoo.com.br



ADVOGADOS

Geraldo Donizete de Carvalho
OAB/MG 62.130
CPF 232.133.886-53

Anna Carolina Calzavara de Carvalho
OAB/MG 133.610
CPF 097.136.746-93

realizado no segundo semestre de 2021, respeitando as limitações da Lei Complementar Federal nº 173 de 28 de maio de 2020.

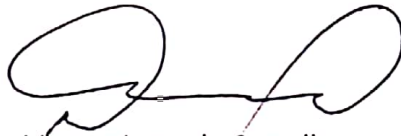
Em virtude disso as contratações foram necessárias por se tratar de serviços essenciais e foram feitas de acordo com a legislação municipal.

Diante do exposto requer a Vossa Excelência que se digne a receber a presente manifestação de Defesa para no mérito julgar improcedente os apontamentos que constam na Auditoria por ser medida de inteira Justiça.

N. Termos.

E. deferimento.

Sete Lagoas, 30 de junho de 2021.



Geraldo Donizete de Carvalho

OAB/MG 62.130